

O Movimento Feminino pela Anistia e a Primavera das Mulheres no Brasil: os usos do gênero como silenciador ou potencializador de ações políticas de mulheres

Luana Borges Lemes^I
Mariane da Silva^{II}

Resumo: No presente artigo são analisados dois movimentos sociais protagonizados por mulheres que, apesar de terem ocorrido em contextos sociais distintos, possibilitam compreender os diferentes usos políticos das construções de gênero. A partir da aproximação entre o núcleo catarinense do Movimento Feminino pela Anistia (1975) e a Primavera das Mulheres no Brasil (2015), surgem perspectivas para vislumbrar a construção de gênero na ação política, em aspectos públicos de reivindicação de direitos, relacionadas ao papel social de mulheres, sobretudo, a maternidade. Para uma melhor compreensão acerca dos movimentos selecionados, foram realizadas entrevistas orais com as militantes do MFPA/SC e com as integrantes da plataforma Cientista Que Virou Mãe. Se no decorrer da atuação do MFPA o ser mulher, mãe e avó foi utilizado para desqualificar o caráter político do movimento, na Primavera das Mulheres há uma ressignificação dessas identificações como potencializadoras das ações políticas.

Palavras-chave: gênero, maternidade, ações políticas, história do tempo presente.

The Movimento Feminino pela Anistia and the Primavera das Mulheres in Brazil: the uses of gender as a silencer or enhancer of women's political actions

Abstract: In this paper, two social movements led by women are analyzed, which, despite having occurred in different social contexts, make it possible to understand the different political uses of gender constructions. From the approximation between the Movimento Feminino pela Anistia (1975) in Santa Catarina and the Primavera das Mulheres in Brazil (2015), arise perspectives to glimpse the construction of gender in political action, in public aspects of claiming rights, related to the role women, especially, the motherhood. For understanding better about the movements selected, oral interviews were conducted with the members of the MFPA / SC and with members of the Cientista Que Virou Mãe platform. During the MFPA's performance, the research identifies that being a woman, mother and grandmother was used to disqualify the political character of the movement, while in the Primavera das Mulheres there is a new meaning of these identifications as potentializers of political actions.

Keywords: gender, motherhood, mothering, political actions, history of present time

Artigo recebido em 08/07/2020 e aceito em 24/07/2020

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E A PRIMAVERA DAS MULHERES NO BRASIL: OS USOS DO GÊNERO COMO SILENCIADOR OU POTENCIALIZADOR DE AÇÕES POLÍTICAS DE MULHERES

LUANA BORGES LEMES
MARIANE DA SILVA

Introdução

Este trabalho busca aproximar narrativas de movimentos sociais protagonizados por mulheres em contextos históricos distintos, ao problematizar as construções de gênero na legitimação de atuações políticas dessas militantes. O primeiro, em um período ditatorial, refere-se ao núcleo catarinense do Movimento Feminino Pela Anistia - MFPA (1975)^{III}, o qual integrava o movimento nacional pela promulgação da Lei de Anistia, e o segundo, em um período democrático, refere-se ao contexto da Primavera das Mulheres no Brasil^{IV}, a partir de 2015, com as integrantes da plataforma Cientista Que Virou Mãe, a qual posiciona a maternidade como função política de transformação social. O objetivo da presente análise é compreender os diferentes usos políticos das construções sociais de gênero em ambos os movimentos. Identificou-se que no decorrer da atuação do MFPA o ser mulher, mãe e avó foi utilizado para desqualificar o caráter político do movimento, enquanto na Primavera das Mulheres há uma ressignificação dessas identificações como potencializadoras das ações políticas.

A partir do uso da história oral como metodologia de análise qualitativa, as experiências rememoradas pelas entrevistadas elucidam suas construções de si nos relatos, as diferentes formas de resistências e de protagonismos de mulheres, proporcionando outras perspectivas de análise entre a memória e a história ao campo historiográfico^V. As relações de poder articuladas na construção social das relações de gênero mostram como as memórias podem legitimar atuações políticas, como percebido nos relatos de memória. A socióloga Alejandra Oberti, ao destacar os deslocamentos de gênero que os testemunhos de mulheres, em geral, suscitam, enfatiza que essas narrativas não pretendem refazer a história incluindo as mulheres e sim, propõe a construção de uma memória que valoriza questões que não estão presentes – e nunca serão – nos grandes fatos da história^{VI}.

A mobilização do gênero como categoria analítica na história, para problematizar a ação política empreendida pelas mulheres entrevistadas, evidencia as relações de poder construídas no panorama de lutas e resistências. Essa discussão sustenta-se na definição de gênero, segundo a historiadora Joan Scott, “como um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (...) o gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder”^{VII}.

Assim, a construção de um movimento liderado por mulheres, como do MFPA, é deslegitimada como ação política devido ao imaginário social de gênero construído de que política é constitutiva da esfera pública e da atuação de homens, o que diverge do papel social tradicionalmente atribuído às mulheres, condicionado à esfera privada do ambiente doméstico e das tarefas de cuidado. A construção social de gênero permite pensar as questões do espaço privado também como um debate político de questões sociais que afetam mulheres e homens de maneiras diferentes bem como governos de exceção articulam mecanismos de poder excludentes através de tais ações políticas atribuídas socialmente ao gênero. Tal dicotomia de exclusão é refletida por Miriam Grossi como o binômio dominação masculina/submissão feminina, o qual tem sido questionado no estudo das relações de gênero:

Muitos homens, quando questionados a respeito da dominação masculina, costumam dizer que não têm poder nenhum em casa – o que não deixa de ser verdade quando pensamos nas culturas marcadas por uma forte dicotomia entre casa e rua, privado e público. Como explicaríamos o fato de que em nossa cultura brasileira são as mães que

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E A PRIMAVERA DAS MULHERES NO BRASIL: OS USOS DO GÊNERO COMO SILENCIADOR OU POTENCIALIZADOR DE AÇÕES POLÍTICAS DE MULHERES

**LUANA BORGES LEMES
MARIANE DA SILVA**

mandam em casa? (...) Este é um dos elementos estruturais de nossa cultura, o fato de que há uma divisão de poderes sociais, cabendo aos homens o poder sobre a instância pública e às mulheres o privado.^{VIII}

Pensar a limitação social imposta por essa dicotomia de poderes nas relações de gênero, contribui para compreender a deslegitimação do caráter político das ações das mulheres do Movimento Feminino Pela Anistia. Os relatos das integrantes do MFPA expressam o silenciamento não somente na história, mas também na historiografia, uma vez que suas atuações políticas, em prol das pessoas encarceradas e de seus familiares, não são validadas como ações políticas, e sim apenas como o cumprimento das funções sociais esperadas pela construção de gênero sobre as mulheres.

Percebe-se em seus relatos de memória um deslocamento de sentido de tais construções, principalmente, em relação à maternidade que é um aspecto constitutivo das relações de gênero. Em razão disso, ao utilizar as narrativas orais como fonte histórica, reside o desafio do inesperado das respostas e das construções subjetivas que as entrevistadas fazem de si e de suas relações com o meio social e o passado. As militantes percebem suas atuações políticas frente ao MFPA, no contexto da ditadura civil-militar brasileira, como resistências permeadas por silenciamentos ao longo do tempo. Mesmo após à redemocratização no país, essas ações continuam ofuscadas na cena política institucional devido às construções de gênero, haja vista o engajamento da Primavera das Mulheres.

A atuação política das mulheres da Cientista Que Virou Mãe surge como um espaço de militância na história do tempo presente integrando a mobilização nacional da Primavera das Mulheres. Nessa abordagem, referencia-se o poder da vulnerabilidade que motiva muitas mulheres mães à iniciativa política de reivindicar seus direitos e questionar as construções de gênero nas imposições culturais atribuídas a elas. As vivências das mães são expressas para que haja reconhecimento e potencialização de suas ações políticas na sociedade, como uma força coletiva gerada pelas vulnerabilidades individuais. Dessa forma, a Primavera das Mulheres demarca a presença política das mães nos movimentos sociais e na política parlamentar e institucional, em busca de equidade de gênero e democratização das tarefas de cuidado na esfera privada e de pública, como fator emergente de desenvolvimento humano e social.

Pensar mulheres mães na sociedade como sujeitos políticos de reivindicação de direitos, promove um distinto lugar social de enunciação entre as mulheres, tornando profícuo o novo conceito cunhado por Andrea O'Reilly de feminismo matricêntrico^{IX}. Para O'Reilly, o papel materno deve ser compreendido por meio da maternidade enquanto uma instituição cultural e biológica tradicionalmente opressiva às mães e da maternagem enquanto dimensão prática do ato de cuidar aprendido na vivência das mulheres mães. A distinção conceitual entre os termos é fundamental para reiterar o caráter político da maternidade, que constitui, porém não presume, as mulheres como sujeitos históricos, legitimando as atuações políticas no MFPA e na Primavera das Mulheres.

Neste sentido, a análise deste trabalho busca tecer um fio condutor na historiografia dos processos de inserção política por meio da agência das mulheres, valorizando, no campo historiográfico, a representatividade dos movimentos sociais, as teorias feministas, a narrativa da história das mulheres e o uso do gênero e da memória como categorias de análise, junto às interlocutoras desta pesquisa. Para isso, este artigo divide-se em duas seções a fim de contextualizar as mobilizações políticas supracitadas, destacando as relações de gênero como construções sociais responsáveis pelo silenciamento das ações políticas de mulheres, no caso do

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E A PRIMAVERA DAS MULHERES NO BRASIL: OS USOS DO GÊNERO COMO SILENCIADOR OU POTENCIALIZADOR DE AÇÕES POLÍTICAS DE MULHERES

LUANA BORGES LEMES
MARIANE DA SILVA

MFPA, e como marcador social da luta pela equidade de direitos, no caso da Primavera das Mulheres.

O que tem nessa cesta?X: Construções de gênero como silenciador das ações políticas de mulheres no Movimento Feminino pela Anistia de Santa Catarina

Instituído oficialmente em 15 de dezembro de 1975 na cidade de São Paulo, o Movimento Feminino pela Anistia apresentava-se com o objetivo de promulgar uma Lei de Anistia ampla e irrestrita a todas as pessoas presas e exiladas políticas e pela redemocratização do país. Inicialmente organizado pela advogada Therezinha Godoy Zerbine, “apresentava-se como uma entidade civil, isenta de fins político-partidários, religiosos, ideológicos ou lucrativos”^{XI}. O MFPA foi o precursor da luta pela Anistia de 1979 e possibilitou outros movimentos e comitês emergirem com a mesma finalidade, tais como os CBA’s (Comitê Brasileiro pela Anistia), Comissão de Justiça e Paz, entre outros. A elaboração e distribuição de um texto-manifesto, ainda de acordo com a historiadora Ana Rita Fonteles Duarte, “serviu de espinha dorsal para a organização e constituição dos núcleos do MFPA por todo o país”^{XII}. Para a formação dos núcleos, os textos-manifestos eram enviados por meio de cartas endereçadas a mulheres de vários Estados, buscando apresentar o movimento e os seus objetivos. Segundo Duarte, “os contatos eram feitos via Igreja, MDB e com familiares de pessoas afetadas pelo regime. Em paralelo ao movimento, as mulheres do recém-criado MFPA ocupam espaços, mesmo de forma discreta e cuidadosa”^{XIII}.

Ao utilizar um discurso com base nas emoções e na ânsia de recompor e pacificar as famílias, a função social das esposas, mães, avós, irmãs, entre outras, foi acionada para amenizar o caráter político do movimento e, com isso, sofrerem menos os efeitos da repressão. A memória que se construiu ao longo de tempo sobre a atuação do MFPA reside na busca pelos maridos, filhos, e não no protagonismo por ser a primeira mobilização a encampar a luta pela promulgação de uma lei que concedesse uma anistia ampla e irrestrita.

Já o núcleo catarinense do MFPA, por ter um caráter restrito, destoa do panorama nacional. As disputas relacionadas à memória da luta pela anistia e desse movimento não existem porque houve o silenciamento tanto na historiografia quanto na História catarinense. Nas narrativas das entrevistadas, ao mesmo tempo em que elas percebem a importância de suas atuações no MFPA de Florianópolis, há um esvaziamento de sentido político ao relacionar as suas ações ao contexto vivenciado à época. Um dos fatores que contribuem para esta esfera de esquecimento e desqualificação consiste no perfil conservador que o Estado catarinense intenciona disseminar.

De característica conservadora, como enfatiza o historiador Reinaldo Lohn em entrevista à Jessica Gustafson e Paula Guimarães no Portal Catarinas^{XIV}, Santa Catarina tem uma “continuidade política que beira o bipartidarismo e, dependendo da época, chega a levar 90% dos votos”. Essa característica vigente no tempo presente, um tanto quanto enfadonho, remonta ao período ditatorial e à política de terrorismo de Estado. Ao alinhar o cenário catarinense da década de 1970 com a política nacional, as alterações na escala de observação^{XV} auxiliaram a apreender como as relações sociais se constituíram diante de um período ditatorial. E, principalmente, como se deu a inserção dessas mulheres em um movimento político que estava em consonância com uma mobilização nacional.

Ao pressionarem por notícias sobre as pessoas presas, mortas e/ou desaparecidas em decorrência da violência abatida sobre o Brasil durante o governo militar, as organizações institucionais, formais ou informais, foram imprescindíveis para buscar respostas, ainda que

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E A PRIMAVERA DAS MULHERES NO BRASIL: OS USOS DO GÊNERO COMO SILENCIADOR OU POTENCIALIZADOR DE AÇÕES POLÍTICAS DE MULHERES

LUANA BORGES LEMES
MARIANE DA SILVA

tardamente houvesse o reconhecimento do Estado brasileiro acerca das violações sofridas pelos seus entes. Uma característica em comum dessas organizações é a intensa presença de mulheres em suas fileiras de luta. Ao ocupar o espaço público/político como modo de reivindicar notícias de seus familiares, utilizam a maternidade e toda esfera do cuidado - que perante a construção social de gênero é indubitavelmente feminina - como estratégia política discursiva para alçar impacto e repercussão das denúncias que realizavam.

Conforme as atuações nas organizações e coletivos, as mulheres que antes não participavam da cena política (como partidos, associações clandestinas, entre outras formas de mobilização) passam a ter consciência de si e da sua luta como expressão do meio político. As *Madres da Plaza de Mayo*, por exemplo, legitimam a manifestação pública de sua dor por meio da reprodução de visões tradicionais e de estereótipos “naturalmente” femininos, como a maternidade. A historiadora Cristina S. Wolff, ao refletir sobre a relação do uso político das emoções, aponta que:

O sentimento das mães foi capaz de despertar a empatia de muitos. Elas estavam dizendo: olha, meu filho ou minha filha é uma pessoa! É um pedaço de mim, é aquele bebê que usou fraldas, que eu acalentei, que foi à escola, bom aluno, gostava de jogar futebol, gostava dessa ou daquela comida. Esse é o sentido de mostrar suas fotos, de publicar fatos corriqueiros de suas vidas em folhetos: ao torná-los humanos, reivindica-se para eles os direitos fundamentais^{XVI}.

A evocação da maternidade e a humanização dos militantes mortos/os e/ou desaparecidos/os também foram utilizadas em larga escala pelos movimentos sociais no Brasil. O MFPA vai utilizar como estratégia de guerra – nas palavras de Therezinha Zerbine, precursora do movimento – o protagonismo feminino frente à contestação ao governo ditatorial. O fato de adentrarem o campo discursivo por meio da supressão da motivação política, não significa estar negando a sua existência. Tomadas pela agência, essas mulheres desafiam as relações de poder subvertendo criativamente – conscientes ou não – as imposições de gênero que foram construídas socialmente ao longo do tempo. Porém, são destituídas tanto das narrativas relacionadas aos movimentos de resistência, clandestinos ou não, quanto das organizações do período pós-abertura que vão cobrar um posicionamento e responsabilização dos agentes públicos que atuaram na repressão.

A socióloga Olivia Rangel Joffily^{XVII}, ao problematizar a resistência feminina à ditadura civil-militar no Brasil, realizou diversas entrevistas com mulheres que participaram de movimentos de oposição ao governo militar. Para a autora, ao narrarem suas experiências vividas no cárcere e as torturas pelas quais foram submetidas, estamos longe de obtermos respostas unânimes sobre as construções subjetivas que as entrevistadas fazem de si. Ao mesmo tempo, essas indagações contribuem para que “ao analisarem as histórias vividas, elas tomassem consciência do papel que desempenharam, avaliassem as dificuldades, os reveses, as conquistas, num processo de empoderamento”^{XVIII}. Esse processo de conscientização individual e coletiva, que se construiu ao longo do tempo, se dá por meio da apreensão de elementos problematizados no tempo presente, como a utilização do termo empoderamento disseminado pelo Movimento Feminista.

Dentre as vozes ouvidas por Joffily, a narrativa de Amelinha Teles é emblemática para compreender a construção de si, realizada ao longo desses anos e, também, como ela compreende as relações sociais após a abertura política. Ao narrar um episódio na prisão, em 08 de março de 1973, em que gritou de sua cela “Viva o Dia Internacional da Mulher” e se dar conta que os demais

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E A PRIMAVERA DAS MULHERES NO BRASIL: OS USOS DO GÊNERO COMO SILENCIADOR OU POTENCIALIZADOR DE AÇÕES POLÍTICAS DE MULHERES

LUANA BORGES LEMES
MARIANE DA SILVA

presos não sabiam dessa data, Amelinha reflete:

Foi no presídio que fiz uma reflexão feminista. Passamos tudo isso que passamos, e, hoje, eu olho e vejo que a história de cada uma de nós é cruel. Qual mulher que foi bem-sucedida? E as [poucas] que são bem-sucedidas estão se segurando a duras penas. E são bem-sucedidas em termos, porque, comparadas com os homens, não tem nenhuma. Os ex-presos, não todos, mas muitos, hoje, são deputados, são pessoas importantes. Tem ministro, tem deputado, tiveram ascensão social. A sociedade é machista mesmo, existe uma falta de reconhecimento, tudo o que fizemos parece menor. Isso inclusive na esquerda^{XIX}.

Apesar de situar essa reflexão no momento do cárcere, Amelinha utiliza elementos do tempo atual para fundamentar sua interpretação sobre o fato. O ponto principal de sua rememoração repousa no âmbito da política, em que os homens que foram militantes passaram a ocupar posições de destaque (assumindo cargos como ministros, deputados, entre outros^{XX}).

Ao identificar o machismo presente na sociedade, percebe que as mulheres que participaram dos movimentos de resistências têm suas ações inferiorizadas em relação aos homens. Atribui esse sentido de desqualificação – que poderia ser convertido em frustração – pois, identifica também nas esquerdas esse comportamento. É importante salientar que Amelinha Teles, além de ser reconhecida por sua trajetória de militância política no PCdoB, também escreveu diversas obras que enfocam a participação política, os direitos humanos e os casos de violência contra a mulher^{XXI}.

No tocante às desigualdades produzidas pelas construções sociais de gênero, Joffily ressalta como a violência de Estado se apropriou e criou dificuldades ainda maiores para as militantes. Essas dificuldades estão traduzidas nos corpos. Segundo a autora: “no corpo da mulher, há a dimensão do privado, do doméstico, mais do que no corpo do homem, já que este é público, é o da produção, o da rua, o do mundo, e é o da guerra^{XXII}. Dessa forma, também se constitui o que é aceito e lembrado socialmente. O protagonismo de mulheres em organizações ou atividades que fogem às convenções de gênero torna-se experiências de resistência marginalizadas, mitigadas socialmente.

Se o corpo masculino é o publicamente aceito, a sua voz também irá predominar no período pós-abertura. A historiadora Heloísia Nunes dos Santos, em sua dissertação intitulada “Memórias militantes: narrativas autobiográficas de militantes da Ação Popular” de 2017, infere que a voz autorizada a narrar os fatos relacionados à resistência à ditadura civil-militar é predominantemente masculina. Atribui isso a uma sociedade que invisibiliza as mulheres, pois, no decorrer da sua pesquisa:

Ao perceber que há um grande número de publicações de livros autobiográficos, escritos por militantes homens, como os livros de Fernando Gabeira, O que é isso companheiro? e O crepúsculo do macho: depoimento; de Renato Tapajos, Em câmera lenta: romance; de Herbert Daniel, Passagem para o próximo sonho; e de Flavio Tavares Memórias do esquecimento, entre outros, assim como de pesquisas acadêmicas que utilizam tais testemunhos, foi possível constatar o reforço das relações de gênero na construção da memória da resistência^{XXIII}.

Além do predomínio de uma escrita masculina, a ênfase dada a essas publicações e à construção de uma verdade com base nessas experiências acabam por omitir os relatos que fogem desse padrão. Heloísia Nunes dos Santos também aponta que, ao realizar o trabalho de visibilizar a narrativa memorialística de mulheres militantes, “considera-se a escrita como um mecanismo de

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E A PRIMAVERA DAS MULHERES NO BRASIL: OS USOS DO GÊNERO COMO SILENCIADOR OU POTENCIALIZADOR DE AÇÕES POLÍTICAS DE MULHERES

LUANA BORGES LEMES
MARIANE DA SILVA

uso social, onde os depoimentos autobiográficos tornam-se atos de memória que abrem caminhos para reflexões e representações de um tempo”^{XXIV}.

E com o passar dos anos, “a memória se molda em função das mudanças dos grupos sociais dominantes, a política vigente e por questões ideológicas que permeiam as relações sociais no tempo e espaço”^{XXV}. Questionar as barreiras impostas pelas omissões desencadeadas pela hierarquia de gênero, possibilita desvelar a pertença das mulheres ao campo político.

Para visualizar e problematizar a representação das mulheres na vida pública e política, a autora Maria da Conceição Fonseca-Silva, ao analisar reportagens veiculadas na imprensa sobre o governo da presidenta Dilma V. Rousseff, propõe a utilização da análise do discurso. De acordo com a autora:

Na materialidade discursiva das formulações postas em circulação na sociedade, os sentidos das formulações sobre mulher e política não são logicamente estabilizados, ou seja, são logicamente variáveis. Gerações de mulheres brasileiras, independentemente de raça ou classe social, subjetivaram-se no lugar de resistência, lutaram e lutam, promovendo, conforme as condições e possibilidades de cada época, contracondutas que dizem respeito a determinados modos e práticas de objetivação e de subjetivação de homens e mulheres na sociedade^{XXVI}.

Os diferentes processos de subjetivação que Fonseca-Silva menciona são passíveis de construção e reconstrução por meio da cultura. As lutas pelo poder e pela hegemonia estão imbricadas nas relações de gênero, pois a seleção do que deve ser lembrado ou esquecido passa pelo julgo de grupos que detém o poder. E no caso da ditadura civil-militar brasileira e posterior à redemocratização, as mulheres continuaram sendo silenciadas e as suas participações ofuscadas da cena política.

Como foi o caso das mulheres que participaram do núcleo catarinense do MFPA que, além de abordagens superficiais sobre o tema, há um descrédito, inclusive, nas falas das mulheres que participaram do movimento. No decorrer das entrevistas, as narrativas – carregadas de significado e de subjetividades – alternavam-se entre silêncios e esquecimentos que ao longo dos anos foram se contornando e se constituindo. Como bem enfatiza Alessandro Portelli, “cada pessoa é um amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados”^{XXVII}. Ao recordar as suas vivências do período repressivo, as narrativas dessas mulheres passam pela reordenação e reinterpretação das suas ações do passado em virtude do presente. As construções de gênero estão arraigadas em suas memórias, como ao buscarem a relação com os movimentos de familiares, com as/os presas/os políticas/os, ao imprimir o apoio emocional, financeiro e de orientação àquelas famílias que não sabiam o que fazer. Claro que não desejo aqui destituir o caráter de auxílio às famílias que o MFPA empregava, mas questionar os limites dessa ingenuidade à politização do movimento. Ao questionar Marise Maravalhas sobre a importância do núcleo catarinense do MFPA, ela respondeu-me o seguinte:

Eu acho que para as famílias terem, saberem o que estava acontecendo. E serem orientadas de como proceder, de como saber onde que estavam às pessoas, quem elas eram... Desapareciam sem elas saberem. De repente apareciam mortas em algum lugar. Ou nunca mais... Até hoje não apareceram, não é?!^{XXVIII}.

Ao enfatizar a preocupação em auxiliar os familiares, Marise não menciona o que houve

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E A PRIMAVERA DAS MULHERES NO BRASIL: OS USOS DO GÊNERO COMO SILENCIADOR OU POTENCIALIZADOR DE AÇÕES POLÍTICAS DE MULHERES

LUANA BORGES LEMES
MARIANE DA SILVA

com essas pessoas, muito menos o porquê de elas aparecerem mortas em algum lugar. O não-dito nessa lembrança nos diz muito sobre o caráter violento do regime ditatorial – em função dos desaparecimentos e mortes – e da forma que o movimento buscava orientar essas famílias.

Já Maria Rita Bessa observa que, com a participação no MFPA-SC, não só passou a compreender o cenário político e os abusos que estavam sendo cometidos pelo governo autoritário, como teve a possibilidade de ajudar outras pessoas. Segundo ela:

Assim ó: eu era mais alienada. Depois disso tudo eu fiquei bem mais esperta, pra tudo! Pra tudo quanto era problema social, político que existia no nosso país, a gente ficou mais... eu fiquei mais atenta a tudo isso. E foi importante porque foi pra todos nós. Foi importante porque nós estávamos o quê? Querendo liberar, soltar os nossos maridos, os nossos filhos e... Era essa a importância! Então, foi de uma forma, foi de uma certa forma, foi pra mim gratificante, nesse sentido^{XXIX}.

A narrativa da Maria Rita demonstra elementos de coragem, enfrentamento e de não poupar esforços para lutar pela liberdade dos presos políticos. Da mesma forma que o marido, que fora preso e torturado acusado de subversão por ser uma peça importante do PCdoB em Santa Catarina, Maria Rita também se coloca na posição de oposição ao governo militar. Nesse relato percebo as narrativas sobre si e da sua construção (ou reconstrução) enquanto participante ativa da cena política. As lembranças de si e de suas ações perante o perigo eminente se constituem numa interpretação do passado a partir da recordação do presente e, por meio dele, reconstruem a sua identidade:

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si^{XXX}.

Diante da sua participação no MFPA, Maria Rita consegue identificar a reconstrução de si; seja pelo caráter traumático dos eventos promovidos pela Operação Barriga Verde, seja pela atuação política que desempenhou e que não mais esteve alheia a esse campo. Em sua narrativa, também, aparece a possibilidade de auxílio diante das ações do aparelho repressivo. Ao falar sobre a importância do MFPA, Maria Rita lembra:

Por alguém! Certo. Que eu não medi esforços, nenhum! Não tinha medo mesmo! Medo nenhum. Fazia mesmo! As pessoas morriam de medo e tudo mais, eu ficava falando um monte... E era assim, não é, uma vez, no discurso da Therezinha Zerbine ela falou: 'ninguém vai prender a mulher que está querendo soltar o marido preso, tirar o marido da cadeia. Não vão fazer isso!' Eles vão fazer um movimento, se eu fizer uma organização pra fazer qualquer coisa, tátátá. E isso não existia; o que existia era isso. Esse era o nosso trabalho!^{XXXI}.

Ao mencionar a orientação de Therezinha Zerbine, em seu relato fica evidenciado a forma estratégica ao evocar a relação conjugal. Por mais que o movimento possuísse poucas participantes, elas estavam cientes de que essa mobilização poderia desencadear uma reação dos agentes responsáveis por desarticular qualquer tipo de mobilização social. A esfera do cuidado (esperando pelo retorno do marido, pela reconstrução das famílias) é mobilizada como mecanismo de resistência e de luta política, fortalecida pela construção do “papel” de esposa, conferindo legalidade ao movimento. O MFPA-SC passou a ser uma possibilidade de lutar não só pelos seus familiares e pelas pessoas presas e desaparecidas, como, também, constituiu-se como um

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E A PRIMAVERA DAS MULHERES NO BRASIL: OS USOS DO GÊNERO COMO SILENCIADOR OU POTENCIALIZADOR DE AÇÕES POLÍTICAS DE MULHERES

LUANA BORGES LEMES
MARIANE DA SILVA

movimento de oposição à forma como o governo militar conduzia o país. Ao refletir sobre a atuação geral do movimento, Marise diz o seguinte:

Bem, em primeiro lugar eu acho que era – além de ter um parente, de ter sido torturado, preso, maltratado, quase morto - e quantos outros! Quantas outras vítimas do que aconteceu no país. A desigualdade social e, meu Deus, as torturas! Tudo o que a gente estava lendo, estava vendo. Eu acho que você tinha que dar a sua participação. Então, a forma de você participar era entrar nos movimentos que estavam trabalhando em prol deles [dos presos, perseguidos, torturados] disso aí! Eu me sentia... eu acho que era alguma coisa que eu podia fazer, era isso: participar^{xxxii}.

A possibilidade de ajudar outras pessoas, de denunciar as atrocidades cometidas nos porões da ditadura, questionar o aumento da desigualdade social, todas essas questões se tornaram pauta de luta para essas mulheres. Assim como Maria Helena Garcia que, também, constata esse canal de resistência proporcionado pelo MFPA. Além de atribuir importância à possibilidade de melhorar as condições de encarceramento das pessoas presas por motivações políticas, ela infere:

Olha, eu acho que foi uma possibilidade de ter uma atuação, uma resistência. Era uma forma de luta, a gente sentia muito. Nós estávamos muito sofridos, todos nós, assim, porque, eram amigos, eram familiares que tinha sido torturado, eram pessoas bonitas, eram pessoas que queriam coisas boas para todo mundo, generosas e tal. E quando você sofre uma violência, assim, além do que, eu, também, fui seguida, sabe; a minha casa teve um assalto, lá que foi muito suspeito. Porque os meus papéis estavam todos espalhados e, a gente foi seguida várias vezes, então, pessoalmente, também, não é?! Estava farta daquela censura, daquele autoritarismo, daquela prepotência... Então, tinha sofrimento, tinha raiva, tinha indignação e, a anistia era um, era uma forma da gente lutar, de enfim, de oposição. E, também, de solidariedade, com o pessoal que estava lá preso, que tinha sofrido diretamente. Era o mínimo que a gente podia fazer, para ajudar, para enfim, resgatar; dar uma possibilidade de eles continuarem suas vidas^{xxxiii}.

Em sua narrativa, Maria Helena recorre à humanização das pessoas presas, destituindo o caráter de vilania empregado pelos militares. Entende-se como vítima do aparelho repressivo, no qual seu contato com as pessoas que exerciam militância desencadearam as perseguições e suposto assalto a sua residência. A sua narrativa, carregada de sentimentos e emoções, legitima a sua participação e a importância que o movimento passou a ter naquele momento. O sentido de auxílio e humanização das pessoas presas perpassam todas as narrativas. No decorrer das entrevistas, pude perceber que, por mais que de início essas mulheres afirmassem que o MFPA era muito pequeno e que não teve tanta importância assim, foram elas que oportunizaram a existência do mesmo. Ao realizar um balanço de sua vida nos últimos anos, Marise reflete:

Hoje eu olhando para trás, eu acho que a minha vida não passou em branco. Não foi uma folha branca. Então, lembrando - que eu nunca parei pra pensar em quantas coisas já eu fiz, por onde eu andei. Apesar de, também, ter sido pouca, eu fiz a minha parte, não é?! Fiz um grãozinho de areia, mas deu pra juntar^{xxxiv}.

Para algumas dessas mulheres, a participação no MFPA inaugurou suas atuações políticas; ou se reduziu a esse período. De uma forma ou de outra, as suas ações – ainda que restritas – foram responsáveis por empregar dinamicidade à luta pela anistia no Estado. Ao mesmo tempo em que compreendem que a participação nesse movimento foi importante para ajudar tanto aos familiares

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E A PRIMAVERA DAS MULHERES NO BRASIL: OS USOS DO GÊNERO COMO SILENCIADOR OU POTENCIALIZADOR DE AÇÕES POLÍTICAS DE MULHERES

**LUANA BORGES LEMES
MARIANE DA SILVA**

quanto às/aos presas/os políticas/os, atribuem um sentido de desqualificação por não ter um reconhecimento da sociedade. Porém, ao compreendermos os mecanismos pelos quais a memória está subordinada, percebemos que a disputa política “produziu e continua produzindo subjetividades, como memória e como projeção, à medida que articula as experiências vividas e as representações produzidas acerca dessas experiências”^{XXXV}. Marise, ao repensar a sua trajetória de vida, realiza esse movimento de projeção pelo qual consegue concluir que o que fizera não foi em vão; que a possibilidade, ainda que pequena, de ajudar alguém em um momento de dificuldade confere sentido à vida.

No mesmo sentido em que ao voltar o olhar para o núcleo catarinense do MFPA, que em um primeiro momento possa parecer insignificante, verifica-se todo o reflexo do governo militar, com seus desaparecimentos e mortes, assim como as estratégias de resistência. O movimento construído em Santa Catarina, ainda que reduzido, contribuiu para a legitimação das mobilizações pela Anistia em todo o território nacional. Não só para a disseminação das ideias, mas para a legitimação da unidade da luta em prol das/os presas/os e exiladas/os políticas/os. E essas mulheres que estiveram na dianteira da luta pela Anistia, também, assumem o protagonismo na mobilização por Memória, Verdade e Justiça que se mantém no tempo presente.

Cientista Que Virou Mãe: a presença política das mães como potencializadora da Primavera das Mulheres no Brasil

A plataforma Cientista Que Virou Mãe descreve a maternidade como sua ferramenta de fortalecimento entre mulheres, que promove autonomia e participação política, pois afirmam que não há ato político maior que criar filhos para um novo mundo, baseado no amor e no respeito. Diante desse ideal político, as questões de gênero, muitas vezes opressivas às mulheres mães na sociedade, formam grande parte da militância feminista delas como sujeitos motivados pela vulnerabilidade. Conforme Ligia Sena, fundadora da plataforma, “só quando expomos as fragilidades e vulnerabilidades que temos condições de protegê-las (...) Que estejamos juntas na transformação das nossas vulnerabilidades individuais em força coletiva”^{XXXVI}. Essa capacidade fortalecedora é tratada por Brené Brown em pesquisas sobre conexão humana, as quais realiza há mais de dez anos, conceituando o “poder da vulnerabilidade”^{XXXVII}. A pesquisadora afirma que vulnerabilidade não significa vitória ou derrota, e sim compreender a necessidade de ambas, por isso reconhecer a própria vulnerabilidade não é fraqueza, pelo contrário, significa coragem. Trata-se do “poder de agência”^{XXXVIII}, próprio das mulheres como minorias sociais ou sujeitos de direitos, as quais o exercem ao reivindicarem suas demandas ao Estado.

Objetiva-se, a partir disso, perceber os mecanismos sociais que atuam na construção de gênero no contexto dessas mulheres, a fim de valorizar e visibilizar a militância política em cada contexto histórico. Para tanto, necessita-se abarcar as categorias de análise feminilidade e maternidade como construtoras sociais dos estigmas de gênero que, historicamente, recaem sobre as mulheres. As noções de feminilidade são conceituadas a seguir junto às práticas discursivas da maternagem feminista. Andrea O’Reilly conceitua a maternagem como um retrato da maternidade, uma posição social e política das mães para reivindicar seus direitos.

(...) o feminismo matricêntrico entende que a maternidade deve ser construída social e historicamente e posiciona a maternagem mais como uma prática do que como uma identidade. Central para o feminismo matricêntrico é uma crítica da posição maternalista

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E A PRIMAVERA DAS MULHERES NO BRASIL: OS USOS DO GÊNERO COMO SILENCIADOR OU POTENCIALIZADOR DE AÇÕES POLÍTICAS DE MULHERES

LUANA BORGES LEMES
MARIANE DA SILVA

que posiciona a maternidade como fundamento basilar da identidade feminina; desafia a suposição de que a maternidade é natural para todas as mulheres e que o trabalho de maternagem é impulsionado pelo instinto ao invés de inteligência e desenvolvida pelo hábito e não pela habilidade^{XXXIX}.

Para fundamentar o feminismo matricêntrico, O'Reilly distingue os conceitos de maternidade e de maternagem, ampliando o entendimento dos termos: a maternidade como instituição cultural e biológica, tradicionalmente opressiva às mães, e a maternagem como vivências das mulheres mães. Tais conceitos foram inicialmente traduzidos do inglês ao português por Maria Collier de Mendonça:

(...) *motherhood* cunhada por Adrienne Rich^{XL} (vinculada ao poder biológico e aos significados institucionais e simbólicos e culturais) (...) *mothering*, o qual resulta da fusão do verbo *to mother* em inglês com o sufixo *ing*, o que indica ação e processo contínuo (...) o sufixo *agem*, de origem latina, que expressa a ideia de ação ou resultado de ação em português^{XLI}.

A distinção entre os conceitos possibilita entender a desconstrução da “maternidade” essencialista e a importância das práticas discursivas da “maternagem” que fundamentam o feminismo matricêntrico e estruturam os estudos maternos. A “prática discursiva” expressa as condições da produção dos enunciados nos discursos que, perpassadas por relações de poder, definem a urgência e a manutenção de um discurso, não sendo possível reduzi-las aos aspectos formais da linguagem porque dependem do contexto histórico. Entendem-se as práticas discursivas para desenvolver identidades e conceitos como condição de realidade em que:

(...) o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho. (...) não escapa à historicidade: não constitui, acima dos acontecimentos, e em um universo inalterável, uma estrutura intemporal; define-se como o conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva^{XLII}.

As palavras e os fatos relacionam-se historicamente, o que implica em construções de sentidos e de relações de poder que revelam as práticas sociais, já que palavras são construções da linguagem que constituem o discurso como forma de ação no mundo. Tais práticas discursivas de cunho político são demarcadas pelas mães ao valorizar novos debates entre maternagem e maternidade em ambientes públicos, que foi o que “permitiu as feministas reconhecerem que a maternidade não é necessariamente opressiva. Em vez disso, a maternagem, libertada da maternidade, poderia ser experimentada como um lugar de capacitação e de mudança social”^{XLIII}. Assim, se as mulheres desobedecerem às “leis da maternidade” como instituição considerada patriarcal e opressora, surge a possibilidade de agência política a partir dos constructos de gênero. No entanto, segundo a autora, na maioria dos debates do feminismo acadêmico, essa crucial diferença não é reconhecida e resulta na condição materna considerada uma entidade patriarcal.

Andrea O'Reilly e colaboradoras têm pesquisado as questões maternas sem reduzir as mulheres mães à maternidade, “nem dizem que isso é o que a torna uma mulher ou que a maternidade é mais importante do que outras variáveis que constituem o eu. Elas dizem apenas que a maternidade importa e que é central e integral para entender a vida das mulheres como mães”^{XLIV}. Por essa razão, defende-se que as mulheres mães precisam de um feminismo próprio teórico e prático, que represente suas identidades e vivências como mães e potencialize, sobretudo,

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E A PRIMAVERA DAS MULHERES NO BRASIL: OS USOS DO GÊNERO COMO SILENCIADOR OU POTENCIALIZADOR DE AÇÕES POLÍTICAS DE MULHERES

LUANA BORGES LEMES
MARIANE DA SILVA

uma transformação social a partir de suas práticas de maternagem.

Nesse sentido, o feminismo matricêntrico pode atuar politicamente para que as mulheres mães ressignifiquem suas vivências e reivindiquem seus direitos. Tais bases teóricas dialogam com esta pesquisa, que pensa políticas públicas para valorizar as mulheres mães a partir da perspectiva delas, como trabalham as mulheres da plataforma Cientista Que Virou Mãe. A plataforma, conforme suas fundadoras, define-se como uma mídia de valores alternativos das mídias tradicionais massivas que retratam uma imagem de feminilidade essencializada sobre mulheres grávidas e mães, buscando empreender uma libertação do modelo midiático considerado hegemônico. A fim de produzir conteúdos ao público materno que não mais comunique um feminino essencializado e uma maternagem romantizada, a Cientista Que Virou Mãe considera-se uma mídia alternativa e “não hegemônica”, este último um termo êmico, referenciado pelas fontes desta pesquisa.

Na relação de dominação sobre a feminilidade envolvem-se as práticas de maternagem tradicionalmente atribuídas às mulheres. O “incremento da feminilidade cada vez mais coloca as mulheres como seres não pensantes, como se observa nas propagandas, em que o tempo todo estão nuas ou rebolando. Essa mercantilização se expressa segundo a situação de raça, classe, etnia ou religião”^{XLV}. Transforma-se em mercadoria o imaginário da feminilidade imposto às mulheres culturalmente, que também converge a forma presumida com que os anúncios publicitários e a cultura ocidental referem-se às mulheres grávidas e no puerpério, como frágeis e emocionalmente instáveis. Há “uma intenção de acolher e mimar as gestantes. No entanto, esta intenção não é ingênua, pois objetiva seduzi-las para que comprem mais, ao longo desta etapa de intensas transformações corporais, ambivalências sentimentais e expectativas futuras”^{XLVI}.

Aborda-se a relevância da presença política das mães na Primavera das Mulheres, que tem engendrado movimentos populares marcantes como o Dia Internacional das Mulheres em 8 de março que, desde 2015, tornou-se mais visibilizado como um dia de militância feminista com marchas mundiais. Na chamada Greve Internacional de Mulheres 8M ou Greve Feminista, houve o inédito Mãenifesto 8M, um manifesto documentado e aprovado coletivamente por mulheres mães na organização do evento em Florianópolis/SC. O manifesto das mães reivindicou: “exigimos que toda mulher tenha a maternidade como escolha livre e informada. Que a maternidade seja exercida com corresponsabilidades com os homens e o Estado. Lutamos por uma maternidade plural!”^{XLVII}.

As representantes do Coletivo Mãenifestantes ocuparam a tribuna da Assembleia Legislativa de Santa Catarina para divulgar o manifesto. O encontro de feminismos plurais fundamenta a Primavera das Mulheres também como um fenômeno de posicionamento político das mães, inclusive cobrando políticas públicas:

O Estado deveria garantir que de fato a gente tivesse direito à cidade, porque quando a gente não tem onde deixar nossos filhos, quando não tem vagas suficientes nas creches, a mulher tem seu direito à cidade impedido. Como ela vai sair para trabalhar, para estudar se ela não tem com quem deixar os filhos? Esse formato que a gente entende por família significa essa expressão hierárquica no casamento, a mulher sempre tendo que se submeter. Por isso, é muito fácil naturalizar esse lugar do cuidado, “a mulher está em casa cuidando dos filhos”, essa leitura simplista. Mas ela está por quê? Porque ela não teve escolha para não estar nesse lugar. É importante que as mulheres tivessem (escolha), que as feministas não são contra as mulheres que querem ser mães, ficar em casa e cuidar dos filhos^{XLVIII}.

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E A PRIMAVERA DAS MULHERES NO BRASIL: OS USOS DO GÊNERO COMO SILENCIADOR OU POTENCIALIZADOR DE AÇÕES POLÍTICAS DE MULHERES

LUANA BORGES LEMES
MARIANE DA SILVA

As mulheres feministas questionam as tarefas de cuidado, a maternagem e deslocam as noções de feminilidade postas no discurso político em que movimentam relações de poder diante da família e do Estado. Ao questionar esse condicionamento materno às mulheres na sociedade, democratiza as tarefas de cuidado construídos sobre o gênero, a fim de fortalecer as mães politicamente.

A questão da maternidade é discutida internacionalmente e tem sido uma métrica mundial para mensurar o desenvolvimento dos países, como no Programa de Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU). Para isso, a ONU analisou dados de 195 países e considerou cinco fatores: “a taxa de mortalidade materna, o número de mulheres com cadeiras nos congressos e câmaras de cada país, a participação das mulheres na força de trabalho, o número de mulheres com, no mínimo, o diploma secundário e o número de casos de gravidez na adolescência”^{XLIX}. A pesquisa revelou a Holanda como o país com mais igualdade de gênero no mundo, com quase 40% de parlamentares mulheres. Segundo o Mapa Mulheres na Política 2019, um relatório da ONU e da União Interparlamentar, “no ranking de representatividade feminina no Parlamento, o Brasil ocupa a posição 134 de 193 países pesquisados, com 15% de participação de mulheres”^L.

Visto isso, “segundo a ONU, uma das principais razões da pequena participação das mulheres na política que reforça sua desvantagem socioeconômica é a divisão desigual das tarefas domésticas e nos cuidados de crianças, enfermos e idosos”^{LI}, informação que se ratifica em indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2013, sobre a diferença de horas semanais gastas com trabalho doméstico. Em todas as regiões do Brasil, as mulheres ainda trabalham no mínimo 10 horas a mais por semana do que os homens em casa. A relevância disso reflete na participação das mulheres na política brasileira e demonstra-se a importância de considerar a igualdade de gênero para avaliar o crescimento de nações, como na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, criada pelos Estados-Membros da ONU. Nesse sentido, no Brasil a pesquisa nacional “Equidade de gênero na política”^{LII}, realizada pelo DataSenado em 2016, busca transformar a sub-representação das mulheres no poder público, para ampliar a participação das mulheres no poder público.

Ratificando o engajamento político das mulheres, evidencia-se a Primavera Feminista que chega às câmaras municipais^{LIII} de diversas capitais no Brasil, em 2016, a partir de vereadoras em prol dos direitos das mulheres, as quais alavancaram os votos nas eleições, que é uma motivação devido à realidade em que existem 7.782 mulheres vereadoras em todo o Brasil, contra 49.825 homens. A política feminista também representa as mulheres mães do país, como defendia Marielle Franco^{LIV}, vereadora carioca mais votada em 2016, com 46 mil eleitores. Ela priorizou em seu mandato combater o déficit de creches na cidade, por ser uma pauta que atinge mulheres negras e da favela, como ela que se tornou mãe aos 17 anos e conseguiu trabalhar e concluir os estudos porque conseguiu vaga para sua filha em uma creche municipal gratuita e com ensino integral. Marielle Franco e seu motorista Anderson Pedro Gomes foram assassinados a tiros em 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro, sob suspeita de crime por motivação política. O trabalho de Marielle Franco bem como a sua morte, podem ser considerados mais um marco da Primavera das Mulheres, pois ela defendia a importância das mulheres ocuparem espaços de poder, como o que ela ocupava.

A representatividade das mulheres mães na política fortalece politicamente diversas frentes, como no caso da deputada gaúcha Manuela D’Ávila, a qual revelou preconceitos que as mães enfrentam no ambiente político após ela divulgar uma foto amamentando seu bebê em uma

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E A PRIMAVERA DAS MULHERES NO BRASIL: OS USOS DO GÊNERO COMO SILENCIADOR OU POTENCIALIZADOR DE AÇÕES POLÍTICAS DE MULHERES

LUANA BORGES LEMES
MARIANE DA SILVA

mídia social. O fato gerou críticas, como a de um deputado: “exposição desnecessária da mama de uma deputada, ela deveria apenas falar o que faz sem mostrar, depois reclamam de assédio e falta de respeito”. O incômodo causado por uma mulher que ousa ser atuante na política é ainda maior quando ela é mãe e deixa explícito”^{LV}. O posicionamento delas representa o que muitas mães têm exposto na Primavera das Mulheres, que a maternagem não ficará apenas no ambiente “reservado” do lar, será uma pauta pública em vários sentidos.

A “escandalização” por causa da atitude comum de mulheres mães em público demonstra o preconceito citado pelo projeto de Lei Hora do Mamaço^{LVI}, de autoria da vereadora Rose Costa, aprovado em 2016 pela Câmara Municipal de Rio Branco. Também, o projeto de lei do Senado (PLS 514/2015) apresentado pela ex-senadora Vanessa Grazziotin, que assegura o direito das mulheres de amamentarem seus filhos em locais públicos e privados. Apesar de não haver uma regulamentação nacional sobre leis de amamentação, foram mobilizadas campanhas de conscientização sobre o tema no país e outras leis locais, como em São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina – e todas punem quem gerar constrangimento à mãe lactante. A Cientista Que Virou Mãe lançou na Internet a campanha em prol da amamentação #VaiTerTetaSim, para promover a temática de assinantes da plataforma em agosto de 2017, pois nesse mês é celebrada a Semana Mundial de Aleitamento Materno.

As mulheres da plataforma ocupam um posicionamento político sobre espaços de direito das mães na sociedade, que possibilita pensar os processos de socialização de gênero e de política que configuram espaços sociais desiguais entre homens e mulheres, com menos espaço para elas, principalmente para as mães. Portanto, a maternagem combativa pode criar condições para legitimar o discurso político por equidade de gênero, como cita Cristina Wolff sobre a história das mães que auxiliaram na defesa de militantes de esquerda perseguidos pela ditadura militar no Brasil. Eles ganharam reputação de terroristas e assassinos na imagem construída socialmente por governos militares junto à imprensa. Os mecanismos para desfazer essa imagem negativa:

(...) convergiram para uma humanização dos militantes. Para isso, foram muito importantes as emoções evocadas por sentimentos como a maternidade, a família (...) As primeiras a aparecerem nesse cenário como sujeitos foram as mães. Como me disse, em conversa informal uma ex-presa política brasileira, o pesadelo de qualquer delegado de polícia era uma mãe. Quem poderia questionar o direito de uma mãe de saber sobre o destino de seu filho ou filha? Um sentimento construído tão fortemente em nossa cultura ocidental, como explicou Elisabeth Badinter, a ponto de ser considerado um “instinto”, o instinto materno, algo que seria do campo da natureza^{LVII}.

As mães foram as primeiras porta vozes que adquiriram um discurso de legitimidade inquestionável e sensibilizaram a opinião pública, segundo Cristina Wolff. A autora considera que ao ver “agência política no uso que se fez do gênero e de sentimentos ligados à maternidade e à família, não vejo esse uso, de maneira nenhuma, como oportunismo ou manipulação. Vejo como uma estratégia política totalmente legítima e bastante bem-sucedida de ação”^{LVIII}. As mães têm demonstrado na Primavera das Mulheres a maternagem como resistência política, que deve ser uma referência fundamental para pensar a política no Brasil, desconstruindo a ideia de que a política realizada por mulheres diferencia-se da realizada por homens que:

(...) não necessita, porém, representar uma adesão ao chamado “pensamento maternal” ou à “ética do cuidado”, que compreendem a contribuição política das mulheres como advinda de uma sensibilidade política peculiar para questões relacionadas ao cuidado. Em

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E A PRIMAVERA DAS MULHERES NO BRASIL: OS USOS DO GÊNERO COMO SILENCIADOR OU POTENCIALIZADOR DE AÇÕES POLÍTICAS DE MULHERES

LUANA BORGES LEMES
MARIANE DA SILVA

lugar disso, a razão pela qual se supõe aqui que mulheres atuem em uma esfera política distinta da tradicional deve-se ao fato de ser, para elas, mais difícil adentrar e ocupar posições no campo político convencional, restando-lhes ocupar outros domínios políticos que as comportem^{LIX}.

Daniela Ramos explica que as mulheres tenderiam a se envolver mais em políticas relacionadas à comunidade e à “política do cotidiano”, que é considerada uma micropolítica em oposição à política institucional de contextos mais formais como parlamentos e eleições. Para a autora, a diferença de comportamento deve-se à divisão sexual do trabalho e “à consequente internalização, por parte das mulheres, da ideia socialmente prevalente de que a política institucional não é um terreno feminino ou que elas não têm as características requeridas para participar desse mundo masculinizado”^{LX}. As mulheres também agem na política menor porque não têm acesso à política considerada “maior”, por isso as formas de ação política tradicionalmente praticadas por mulheres são consideradas marginalizadas no campo político. Entretanto, esse caráter social de inserção das mulheres na política não se traduz em um apoliticismo do gênero feminino, mas em uma:

(...) inserção política alternativa (e subordinada), marcada pelo aproveitamento dos nichos de (menor) poder que estariam disponíveis às mulheres num campo político hostil. Para explicar como a participação política das mulheres latino-americanas é moldada, Craske (1999) argumenta que elas compartilham, independentemente de classe, raça/etnia e nacionalidade, uma identidade comum de mães que tem sido acionada politicamente^{LXI}.

Daniela Ramos afirma que a identidade materna tem legitimidade social por sua dimensão política pela qual as mulheres levantam bandeiras e manifestam demandas ao Estado, como um lado fortalecedor da maternagem para conquistar espaço e voz ativa. Parte dessa identidade é construída, por exemplo, no discurso religioso sobre marianismo, termo da Igreja Católica sobre o culto à Virgem Maria que, para a autora, foi apropriado pela literatura sobre gênero na América Latina como uma feminilidade híbrida idealizada sobre a superioridade moral e espiritual das mulheres mães. Essas crenças, de acordo com Daniela Ramos, associam a maternidade como uma aproximação de Deus, o que também exalta a domesticidade do espaço familiar como suas missões primárias no mundo. Tal idealização remete ao perfil de “boa mãe”^{LXII}, característica que socialmente limita o papel das mulheres na esfera pública em comparação aos homens, porque induz a uma sobrecarga de responsabilidades domésticas a elas, o que reduz suas chances de produtividade profissional.

A construção desse papel social às mulheres pode ser percebido no perfil de “bela recatada e do lar”, descrito, em 2015, na reportagem da revista Veja sobre Marcela Temer, esposa de Michel Temer, que demonstrou uma parte “invisível” do país conforme a historiadora Mary Del Priore^{LXIII}, devido ao ideal de mulheres considerado conservador e ratificado por muitos(as) brasileiros(as). O fato repercutiu em protestos de brasileiras na Internet, as quais ironizavam esse perfil, somando à Primavera da Mulheres e sendo discutido: “Marcela seria a costela de Temer (e talvez a costela da nação), enquanto este seria o cabeça de Marcela e do país”^{LXIV}, que demonstra uma das questões de gênero que dificulta a ocupação de espaços de poder na política brasileira por mulheres. A questão se deve a um consenso cultural sobre o perfil de “bela, recatada e do lar” considerado apropriado para mulheres dedicadas à família e ao cargo de primeira-dama que, segundo os autores, torna-se incompatível aos perfis de mulheres em cargos de poder público, como presidenta da República.

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E A PRIMAVERA DAS MULHERES NO BRASIL: OS USOS DO GÊNERO COMO SILENCIADOR OU POTENCIALIZADOR DE AÇÕES POLÍTICAS DE MULHERES

LUANA BORGES LEMES
MARIANE DA SILVA

No reconhecimento do próprio potencial de transformação, esse perfil de feminilidade é desconstruído a partir do feminismo que fortalece a diversidade de mulheres e suas atuações políticas. A união entre mulheres nesse espaço é destacada por bell hooks sobre a revolução dos direitos civis junto ao movimento feminista das décadas 1970 e 1980, que tornou possível mudanças em defesa do bem-estar de todas as mulheres, pois “a solidariedade política entre mulheres, expressada na sororidade, vai além do reconhecimento positivo das experiências das mulheres e da afinidade por sofrimentos comuns. A sororidade feminista está enraizada no compromisso compartilhado de lutar contra a injustiça”^{LXV}. Segundo a autora, o combate ao sexismo e às violências de gênero através da sororidade é possível ao reconhecer, na alteridade social, as diferenças de raça e de classe, que permitiu muitas feministas se disporem a utilizar os próprios privilégios para auxiliar grupos subordinados de mulheres. Há um fortalecimento entre feministas também percebido entre as integrantes da plataforma Cientista Que Virou Mãe:

A plataforma construiu em mim uma mulher feminista, como mãe talvez menos do que como feminista, porque eu já tinha esses valores fortes como não violência, problematização, respeito, cuidar da criança com amor. Mas como feminista ele me construiu e não foi a base da lapidação, foi a base da detonação, na interação com leitores e leitoras. Não existe pedagogia melhor do que a troca. A plataforma me tornou cientista das ciências sociais. (...) As pessoas procurando evidências científicas chegam lá e mostro que é legal ter evidências científicas para orientar suas ações, mas o seu empoderamento é mais importante do que a evidência científica^{LXVI}.

O poder das vivências, conforme o relato da entrevistada Laura, junto aos questionamentos de gênero expostos na plataforma com outras mulheres, potencializa uma rede de fortalecimento relacionada às novas práticas de maternagem. A entrevistada Daiana corrobora o poder de redes feministas entre mães: “além de ser mulher, ser mãe traz muitas limitações estruturais e sociais. Por isso, quando encontrei as mães da plataforma e o coletivo de pais e mães da UFSC, foi fundamental para construir essa autonomia e rede de mães, são muitas mães feministas atuando”^{LXVII}. Reconhecendo as barreiras de gênero enfrentadas por mulheres mães acadêmicas, houve união e fortalecimento entre elas a partir do coletivo na universidade onde Daiana estudava e dos seus textos na plataforma Cientista Que Virou Mãe.

Nessa realidade, apesar do desaparecimento do tema maternidade no feminismo acadêmico do século XXI, segundo Andrea O'Reilly, há um movimento próprio em formação, o feminismo matricêntrico, que deve ser integrado ao feminismo acadêmico dominante. A autora afirma que a conquista de equidade de gênero requer uma nova lógica social, que valorize as tarefas de cuidados e o trabalho não remunerado, como as práticas de maternagem abordadas pelo feminismo matricêntrico. Nessa direção, trabalham as mulheres da Cientista Que Virou Mãe ao fomentar uma reorganização das relações de poderes sociais e políticos com o protagonismo das mães, como sujeitos de transformação por meio da militância feminista junto às vivências na maternagem.

Considerações finais

As construções de gênero se mostram, em ambos movimentos sociais estudados, como um fator que permeia as relações de poder e se constituem politicamente por meio do contraste entre discurso e prática. Assim, ocorreu o discurso conservador da advogada Therezinha Zerbine, precursora do Movimento Feminino Pela Anistia, que mobilizou mulheres em diversas regiões do país na constituição de pequenos núcleos do movimento, estabelecendo instruções e estratégias

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E A PRIMAVERA DAS MULHERES NO BRASIL: OS USOS DO GÊNERO COMO SILENCIADOR OU POTENCIALIZADOR DE AÇÕES POLÍTICAS DE MULHERES

LUANA BORGES LEMES
MARIANE DA SILVA

utilizadas nas construções sociais de gênero para adquirir legalidade ao movimento. Esses e outros mecanismos políticos são identificados no contexto do Movimento Feminino Pela Anistia a partir de um deslocamento da construção tradicional de gênero, no qual condiciona às mulheres o “papel” do cuidado, da ternura, das emoções e da pacificação. O MFPA realizou denúncias a organismos internacionais – como a Anistia Internacional –, elaborou abaixo-assinados, organizou eventos, conferências constituindo, dessa forma, um terreno fértil para a campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

Mesmo diante dessa dimensão atingida pelas protagonistas da luta pela Anistia, a memória construída sobre o período deslegitima as ações dessas mulheres enquanto mobilização política, condicionando-as aos construtos de gênero. Justamente, o “meio do caminho”, encontrado para subverter a lógica da repressão e encampar a bandeira pela anistia, passara a ser utilizado para destituí-las da arena política. Convém ressaltar que essa constatação não se configura em uma disputa para chegar a uma genealogia da luta pela anistia, mas para problematizar como as hierarquias constituídas pelas relações de gênero tem o poder desmobilizador das ações empreendidas por mulheres.

Nesse aspecto, Flávia Biroli trata do valor da privacidade e do cuidado para construir uma democracia plural e igualitária que valorize ações políticas de mulheres. A autora aborda desigualdades sociais como composições dinâmicas conectadas à marginalidade política de determinados grupos de indivíduos, que caracterizam impedimentos estruturais ao acesso material e simbólico que garantem a integridade corporal e psíquica, bem como a afirmação da identidade e da realização de projetos pessoais. A marginalidade política, assim, pode ser entendida como uma vulnerabilidade social de exclusão seletiva de oportunidades e, com isso, também de produção política de interesses e capacidades dos indivíduos marginalizados. Essa questão é pensada, sobretudo, em políticas públicas que abrangem “em que medida os indivíduos têm capacidade de influenciar as normas e políticas que os afetam. Ou de que modo a posição socioeconômica, o sexo, a raça e a sexualidade dos indivíduos determinam padrões distintos no acesso à influência política”^{LXVIII}. As democracias contemporâneas podem ser pensadas nessa perspectiva quanto às recorrências históricas em que o menor poder de influência política determina a ausência de políticas que poderiam romper com os mecanismos sociais produtores da vulnerabilidade e da marginalização desses indivíduos com menos acesso à política institucional. Na Primavera das Mulheres, as vulnerabilidades buscam ser ressignificadas em um movimento de mãos potencializador de suas ações políticas, em que expressam vivências e acessam um espaço de poder público relevante na história das mulheres, sobre direitos às margens dos poderes públicos. Por isso é destacado neste trabalho como as feministas da plataforma Cientista Que Virou Mãe expõem suas vulnerabilidades em reivindicações na Primavera das Mulheres.

Assim, a discussão demonstra o contexto brasileiro de mobilização pública convergente ao propósito político pelo qual também trabalharam, de certa forma, as mulheres do Movimento Feminino Pela Anistia em 1975, que fortaleceu o cenário luta por memória, verdade e justiça. Ao questionar o que há nessa cesta? – utilizando a metáfora de Michelle Perrot – é possível perceber que essas mulheres carregam consigo os afetos, a maternidade, a coragem e, principalmente, a adaptação. Por meio de suas narrativas, observa-se diversas formas encontradas de se reinventam e romperem com as representações tradicionais de gênero. Independentemente do modo como ocorreu cada experiência, convém ressaltar que em um período de intensa repressão governamental, no qual a violência era um mecanismo comum dos agentes de Estado, integrar as fileiras de contestação e oposição à situação eram atos de ousadia e determinação. Se no decorrer

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E A PRIMAVERA DAS MULHERES NO BRASIL: OS USOS DO GÊNERO COMO SILENCIADOR OU POTENCIALIZADOR DE AÇÕES POLÍTICAS DE MULHERES

LUANA BORGES LEMES
MARIANE DA SILVA

da atuação do MFPA o ser mulher, mãe e avó foi utilizado para desqualificar o caráter político do movimento, na Primavera das Mulheres há uma ressignificação dessas identificações como potencializadoras das ações políticas. Este artigo finaliza com intuito de despertar novos estudos que auxiliem na ampliação das mobilizações de resistência empreendidas por mulheres, com análise de gênero que atravessa histórias diversas e podem ser ora aproximadas, ora contrapostas, como buscou-se no presente trabalho.

^I Doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
luborgeslemes@gmail.com

^{II} Mestra em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
silva.marianeda@gmail.com

^{III} Este texto origina-se da dissertação de mestrado de Mariane da Silva intitulada “Mulheres catarinenses e o Movimento Feminino pela Anistia: narrativas de suas atuações políticas (1975-2017)”, com orientação da Prof^a. Dr^a. Cristina Scheibe Wolff.

^{IV} Este texto origina-se da dissertação de mestrado de Luana Lemes intitulada “Novas práticas de maternagem e feminismo das mulheres da plataforma Cientista Que Virou Mãe”, com orientação da Prof^a. Dr^a. Joana Maria Pedro.

^V SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral**, v. 8, n. 1, jan.-jun. 2005, p.40-41.

^{VI} OBERTI, Alejandra. ¿Qué le hace el género a la memoria? In: WOLF, Cristina Scheibe; PEDRO, Joana M. (Org's) **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. 2010, p.15-28.

^{VII} SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria de análise útil à análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, p.71-99. jul./dez., 1995.

^{VIII} GROSSI, Miriam Pillar. **Masculinidades: Uma Revisão Teórica**. Coleção Antropologia em Primeira Mão. PPGAS/UFSC, 2004. p. 16

^{IX} O'REILLY, Andrea. **Matricentric Feminism: Theory, Activism, and Practice**. Paperback, Bradford, ON: Demeter Press, 2016.

^X “O motim por alimentos, eis o que convém para as mulheres. Guardiãs da casa e da comida, são elas as eternas responsáveis por essa parte. É o seu dever. Sua missão. Cabe a elas cuidar dos mantimentos, do preço dos grãos ou do pão, e, com o passar do tempo, de outros alimentos considerados vitais. [...] A “cesta da dona de casa” muda de conteúdo” (PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2016, p. 146).

^{XI} BARRETO, Anna Flávia Arruda Lanna. **O movimento feminino pela anistia: a esperança do retorno à democracia**. Curitiba: CRV, 2011, p.75

^{XII} DUARTE, Ana Rita F. “O Movimento Feminino pela Anistia na luta contra a ditadura no Brasil: entrevista com Therezinha Zerbini”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, e53564, 2019, p.41.

^{XIII} *Ibidem*.

^{XIV} GUSTAFSON, Jessica; GUIMARÃES, Paula. **Eleições 2018: as demandas das mulheres no Estado mais conservador do país (2018)**. Disponível em: <https://catarinas.info/eleicoes-2018-as-demandas-das-mulheres-no-estado-mais-conservador-do-pais/>. Acesso em: out. 2019.

^{XV} A metodologia dos “jogos de escala”, proposta pelo historiador francês Jacques Revel, baseia-se na relativização da oposição tradicional entre as abordagens micro e macro analíticas, pois nos “convida a pensar que é em todos os níveis, desde o mais local até o mais global, que os processos sócio históricos são gravados, não apenas por causa dos efeitos que produzem, mas porque não podem ser compreendidos a não ser que os consideremos, de forma não linear, como a resultante de uma multiplicidade de determinações, de projetos, de obrigações, de estratégias e de táticas individuais e coletivas” REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, dez., p. 443.

^{XVI} WOLFF, Cristina S. **Pedaços de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência**. Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 23 n^o. 3, setembro-dezembro/2015. p. 975 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p975>. Acesso em: dez. 2018.

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E A PRIMAVERA DAS MULHERES NO BRASIL: OS USOS DO GÊNERO COMO SILENCIADOR OU POTENCIALIZADOR DE AÇÕES POLÍTICAS DE MULHERES

LUANA BORGES LEMES
MARIANE DA SILVA

^{XVII} Olivia Rangel Joffily era militante do PCdoB e participou da resistência à ditadura civil-militar. Em função disso, teve que exilar-se na Albânia, de onde continuou prestando auxílio à organização. Retornou ao Brasil após ser anistiada.

^{XVIII} JOFFILY, Olivia Rangel. **Esperança Equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2016, p. 153.

^{XIX} *Ibidem*, p. 155-156.

^{XX} Maria da Conceição Fonseca-Silva em artigo intitulado “Memória, mulher e política: do governo das capitânicas à presidência da república, rompendo barreiras” relacionou as primeiras mulheres que foram eleitas para assumirem cargos públicos, são elas: “Maria Luiza Fontenele, em Fortaleza, tornou-se a primeira prefeita de uma capital, em 1986, e Iolanda Fleming, do Acre, tornou-se a primeira governadora, no mesmo ano. Luiza Erundina, em São Paulo, foi a primeira prefeita da maior cidade do país, em 1989; e Júnia Marise Azeredo Coutinho, em Minas Gerais, e Marluce Pinto, em Roraima, foram as primeiras senadoras eleitas por voto direto, em 1990, sendo seguidas por Roseana Sarney, eleita senadora pelo Estado do Maranhão em 1994. Ellen Gracie Northfleet tornou-se a primeira mulher a integrar (como ministra) a Suprema Corte do Brasil desde a sua criação, em 2002, e a primeira presidente eleita do Supremo Tribunal Federal, em 2006. Dilma Rousseff, depois de ter sido presa, torturada e taxada pelo regime militar como subversiva e terrorista, tornou-se a primeira mulher a ocupar a função de Ministro das Minas e Energia, em 2003, a função de Chefe da Casa Civil (equivalente ao cargo de primeiro-ministro), em 2005, e a primeira presidente do Brasil, em 2010” (FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. *Memória, mulher e política: do governo das capitânicas à presidência da república, rompendo barreiras*. In: TASSO, I., NAVARRO, P., ORG’s. **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas** [online]. Maringá: Eduem, 2012. pp. 183-208. Disponível em: <http://books.scielo.org> Acesso em: 14 fev. 2019).

^{XXI} “Breve história do feminismo no Brasil” lançado pela Editora Brasiliense, em 1993; “O que é violência contra a mulher?” em coautoria com Monica de Melo, lançado em 2002; “O que são direitos humanos das mulheres?” lançado pela Editora Brasiliense, em 2007; “Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975 – 1980)” em coautoria com Rosalina Santa Cruz Leitte, lançado pela Editora Intermeios, em 2013. Além de diversos artigos, capítulos de livros e textos publicados por meio da participação em eventos acadêmicos, conferências e palestras sobre os temas política, ditadura militar, mulheres e feminismo.

^{XXII} JOFFILY, Olivia Rangel. **Esperança Equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2016, p. 154.

^{XXIII} SANTOS, Heloísa Nunes dos. **Memórias militantes: narrativas autobiográficas de militantes da Ação Popular**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2017, p. 29.

^{XXIV} *Ibidem*, p. 34.

^{XXV} PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civittella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 1ª edição 1996. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 123-126.

^{XXVI} FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. *Memória, mulher e política: do governo das capitânicas à presidência da república, rompendo barreiras*. In: TASSO, I., NAVARRO, P., ORGS. **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas** [online]. Maringá: Eduem, 2012, p. 206. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: fev. 2019.

^{XXVII} PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral**. Projeto História, São Paulo, n° 15, abr., 1997, p. 17.

^{XXVIII} MARAVALHAS, Marise. **Formação de grupos feministas em Santa Catarina: década de 1980**. [Depoimento: 08 de agosto de 2003, p. 10]. Entrevista concedida à Janine Petersen. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina.

^{XXIX} BESSA, Maria Rita. **Movimento Feminino Pela Anistia: participação e engajamento de mulheres catarinenses outubro de 2014, p. 08**. Entrevista concedida à Mariane da Silva na residência da entrevistada. Acervo do Laboratório Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina.

^{XXX} POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, 1989, p. 204.

^{XXXI} BESSA, Maria Rita. **Movimento Feminino Pela Anistia: participação e engajamento de mulheres catarinenses outubro de 2014**, p. 10-11. Entrevista concedida à Mariane da Silva na residência da entrevistada. Acervo do Laboratório Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina.

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E A PRIMAVERA DAS MULHERES NO BRASIL: OS USOS DO GÊNERO COMO SILENCIADOR OU POTENCIALIZADOR DE AÇÕES POLÍTICAS DE MULHERES

LUANA BORGES LEMES
MARIANE DA SILVA

- XXXII MARAVALHAS, Marise. **Formação de grupos feministas em Santa Catarina: década de 1980**. [Depoimento: 08 de agosto de 2003, p. 06]. Entrevista concedida à Janine Petersen. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina.
- XXXIII GARCIA, Maria Helena. **Movimento Feminino pela Anistia SC: participação e engajamento de mulheres catarinenses entre 1975 e 1979**. [Depoimento: 01 de outubro de 2014, p. 04]. Entrevista concedida à Mariane da Silva, na residência da entrevistada. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina.
- XXXIV MARAVALHAS, Marise. **Formação de grupos feministas em Santa Catarina: década de 1980**. [Depoimento: 08 de agosto de 2003, p. 07]. Entrevista concedida à Janine Petersen. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina.
- XXXV SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. **Marcas da clandestinidade: memórias da ditadura militar brasileira**. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 155.
- XXXVI SENA, Lígia Moreiras. **Em 2017, estejamos vulneráveis, mas juntas (2016)**. Disponível em: <https://www.cientistaqueviroumae.com.br/blog/textos/em-2017-estejamos-vulneraveis-mas-juntas>. Acesso em: nov 2017.
- XXXVII A palestra de Brené Brown sobre “o poder da vulnerabilidade” no TEDx Talks Houston (2015), com mais de 2 milhões de visualizações no Youtube e, em 2019, transformou-se em um documentário na Netflix. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X4Qm9cGRub0>. Acesso em: mar. 2020.
- XXXVIII SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- XXXIX O'REILLY, Andrea. **Matricentric Feminism: Theory, Activism, and Practice**. Paperback, Bradford, ON: Demeter Press, 2016, p. 281.
- XL Adrienne Rich é a autora do livro “Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution” (1976), que influenciou toda uma geração de estudiosos a pensar sobre maternidade, segundo O’Reilly (2016).
- XLI MENDONÇA, Maria Collier de. **A Maternidade na Publicidade: uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto**. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica - PUC/SP, 2014, p. 26
- XLII FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 144.
- XLIII O'REILLY, Andrea. **Matricentric Feminism: Theory, Activism, and Practice**. Paperback, Bradford, ON: Demeter Press, 2016, p. 92.
- XLIV *Ibidem*, p. 141.
- XLV FARIA, Nalu. Para a erradicação da violência doméstica e sexual (p. 23-30). In: NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia. **Feminismo e Luta das Mulheres: análise e debates**. Sempreviva Organização Feminista: São Paulo, 2005, p. 26.
- XLVI MENDONÇA, Maria Collier de. **A Maternidade na Publicidade: uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto**. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica - PUC/SP, 2014, p. 139.
- XLVII SENA, Lígia Moreiras. **Mães têm voz e precisam ser ouvidas - Mãnifesto 8M Santa Catarina (2017)**. Disponível em: <http://cientistaqueviroumae.com.br/blog/textos/mes-tm-voz-e-precisam-ser-ouvidas-menifesto-8m-santa-catarina>. Acesso em: nov. 2017.
- XLVIII RIBEIRO, Djamila. **Documentário Primavera das mulheres**. 05 out 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PXM_Qw4pPOw. Acesso em: nov. 2017. Djamila é pesquisadora de questões de gênero e de raça, referência do feminismo negro no país, mestra em Filosofia Política pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e ex secretária-adjunta da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo.
- XLIX DEARO, Guilherme. **Os 20 países com mais igualdade de gênero no mundo**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/os-20-paises-com-mais-igualdade-de-genero-no-mundo/> (2016). Acesso em: nov. 2017.
- L HAJE, Lara; DOEDERLEIN, Natalia. **Baixa representatividade de brasileiras na política se reflete na Câmara (2019)**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/554554-baixa-representatividade-de-brasileiras-na-politica-se-reflete-na-camara/> (2019). Acesso em: out. 2019.
- LI GONTIJO, Barbara. **Mais tempo gasto com trabalho doméstico leva mulher a menor atuação na sociedade (2016)**. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/mais-tempo-gasto-com-o-trabalho-domestico-reduz-participacao-da-mulher-em-outras-esferas-da-sociedade/>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- LII SENADO. **Equidade de gênero na política**. – Brasília: Senado Federal, Procuradoria Especial da Mulher, 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/pesquisa-equidade-de-genero-na-politica-2016>. Acesso em: jan. 2018.
- Boletim Historiar, vol. 07, n. 03. Set./Dez. 2020. p. 24-46 | <http://seer.ufs.br/index.php/historiar>

O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E A PRIMAVERA DAS MULHERES NO BRASIL: OS USOS DO GÊNERO COMO SILENCIADOR OU POTENCIALIZADOR DE AÇÕES POLÍTICAS DE MULHERES

LUANA BORGES LEMES
MARIANE DA SILVA

- ^{LIII} OLIVEIRA, Tory. **A primavera feminista chega às Câmaras (2016)**. <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-primavera-feminista-chega-a-camara>. Acesso em: dez. 2017.
- ^{LIV} Nascida na favela da Maré no Rio de Janeiro, socióloga, mestre em Administração Pública e ex-coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.
- ^{LV} PRESTES, Ana. **Maternidade e política: mais um impeditivo para a ascensão da mulher? (2016)**. Disponível em: <http://cientistaqueviroumae.com.br/blog/textos/maternidade-e-politica-mais-um-impeditivo-para-a-ascensao-da-mulher>. Acesso em: jan. 2018.
- ^{LVI} MELO, Quésia. **Lei para combater preconceito contra amamentação em público é aprovada (2016)**. <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/12/lei-para-combater-preconceito-contr-amamentacao-em-publico-e-aprovada.html> Acesso em: jan. 2018.
- ^{LVII} WOLFF, Cristina S. **Pedaços de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência**. Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 23 n.º. 3, setembro-dezembro/2015. p. 979 - 980. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p975>. Acesso em: dez. 2018.
- ^{LVIII} *Ibidem*, p. 985.
- ^{LIX} RAMOS, Daniela Peixoto. **A família e a maternidade como referências para pensar a política**. Revista Brasileira de Ciência Política, n.º16. Brasília, janeiro - abril de 2015, p. 90.
- ^{LX} *Ibidem*, p. 91.
- ^{LXI} *Ibidem*, p. 91.
- ^{LXII} O'REILLY, Andrea. **Matricentric Feminism: Theory, Activism, and Practice**. Paperback, Bradford, ON: Demeter Press, 2016
- ^{LXIII} PEREIRA, Néli. **Crítica a 'bela, recatada e do lar' é intolerante com Brasil 'invisível', diz historiadora (2016)**. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160418_marydelpriore_entrevista_marcella_temer_np. Acesso em: nov. 2017.
- ^{LXIV} ZDEBSKYI, Janaína de Fátima; MARANHÃO, Eduardo M. A.; PEDRO, Joana Maria. **A histórica e as belas, recatadas e do lar: misoginia à Dilma Rousseff na concepção das mulheres como costelas e dos homens como cabeça da política brasileira**. Artigo para revista Espaço e Cultura, UERJ. Rio de Janeiro, n.º 38, 2015, p. 243.
- ^{LXV} HOOKS, bell. **El feminismo es para todo el mundo**. Tradução: Beatriz Esteban Agustí, Lina Tatiana Lozano Ruiz, Mayra Sofía Moreno, Maira Romo, Sara González. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017, p. 37
- ^{LXVI} Laura (pseudônimo). Entrevista concedida a Luana Borges Lemes. Florianópolis: 09 de novembro de 2016. [A entrevista completa encontra-se transcrita no acervo pessoal da entrevistadora, que pode ser disponibilizada através do e-mail lu_borges@hotmail.com]
- ^{LXVII} Daiana (pseudônimo). Entrevista concedida a Luana Borges Lemes. Florianópolis, 05 de maio de 2017. [A entrevista completa encontra-se transcrita no acervo pessoal da entrevistadora, que pode ser disponibilizada através do e-mail lu_borges@hotmail.com]
- ^{LXVIII} BIROLI, Flávia. *Família: novos conceitos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014, p. 63-64.

Referências bibliográficas

- BESSA, Maria Rita. **Movimento Feminino Pela Anistia: participação e engajamento de mulheres catarinenses outubro de 2014**. Entrevista concedida à Mariane da Silva na residência da entrevistada. Acervo do Laboratório Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina.
- BIROLI, Flávia. **Família: novos conceitos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
- FARIA, Nalu. Para a erradicação da violência doméstica e sexual (p. 23-30). In: NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia. **Feminismo e Luta das Mulheres: análise e debates**. Sempreviva Organização Feminista: São Paulo, 2005.

**O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E A PRIMAVERA DAS MULHERES
NO BRASIL: OS USOS DO GÊNERO COMO SILENCIADOR OU
POTENCIALIZADOR DE AÇÕES POLÍTICAS DE MULHERES**

LUANA BORGES LEMES
MARIANE DA SILVA

-
- FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Memória, mulher e política: do governo das capitânias à presidência da república, rompendo barreiras. In: TASSO, I., NAVARRO, P., ORGS. **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas** [online]. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: fev. 2019.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GARCIA, Maria Helena. **Movimento Feminino pela Anistia SC: participação e engajamento de mulheres catarinenses entre 1975 e 1979**. [Depoimento: 01 de outubro de 2014]. Entrevista concedida à Mariane da Silva, na residência da entrevistada. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina.
- HAJE, Lara; DOEDERLEIN, Natalia. **Baixa representatividade de brasileiras na política se reflete na Câmara (2019)**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/554554-baixa-representatividade-de-brasileiras-na-politica-se-reflete-na-camara/> (2019). Acesso em: out. 2019.
- HOOKS, bell. **El feminismo es para todo el mundo**. Tradução: Beatriz Esteban Agustí, Lina Tatiana Lozano Ruiz, Mayra Sofía Moreno, Maira Puertas Romo, Sara Vega González. Madrid: Traficantes de sueños, 2017.
- JOFFILY, Olivia Rangel. **Esperança Equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2016.
- MARAVALHAS, Marise. **Formação de grupos feministas em Santa Catarina: década de 1980**. [Depoimento: 08 de agosto de 2003]. Entrevista concedida à Janine Petersen. Acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina.
- MENDONÇA, Maria Collier de. **A Maternidade na Publicidade: uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto**. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica - PUC/SP, 2014.
- O'REILLY, Andrea. **Matricentric Feminism: Theory, Activism, and Practice**. Paperback, Bradford, ON: Demeter Press, 2016.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução: Angela M. S. Côrrea. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.
- POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civittella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. 1ª edição 1996. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral**. Projeto História, São Paulo, nº 15, abr., 1997.
- RAMOS, Daniela Peixoto. **A família e a maternidade como referências para pensar a política**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015.
- REVEL, Jacques. **Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 434-444, dez. 2010. Disponível em: ><http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: set. 2017.
- SALVATICI, Silvia. **Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres**. *História Oral*, v. 8, n. 1, p. 29-42, jan.-jun. 2005
- SANTOS, Bruno Carazza dos. **5 dados sobre a participação das mulheres na política brasileira (2017)**. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira/>>. Acesso em: nov. 2017.

**O MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA E A PRIMAVERA DAS MULHERES
NO BRASIL: OS USOS DO GÊNERO COMO SILENCIADOR OU
POTENCIALIZADOR DE AÇÕES POLÍTICAS DE MULHERES**

**LUANA BORGES LEMES
MARIANE DA SILVA**

SANTOS, Heloísia Nunes dos. **Memórias militantes: narrativas autobiográficas de militantes da Ação Popular.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2017.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista. **Marcas da clandestinidade: memórias da ditadura militar brasileira.** Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

WOLF, Cristina Scheibe; PEDRO, Joana M. (Org's) **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

WOLFF, Cristina S. **Pedaços de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência.** Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 23 n.º 3, setembro-dezembro/2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p975>. Acesso em: dez. 2018.

ZDEBSKYI, Janaína de Fátima; MARANHÃO, Eduardo M. A.; PEDRO, Joana Maria. **A histórica e as belas, recatadas e do lar: misoginia à Dilma Rousseff na concepção das mulheres como costelas e dos homens como cabeça da política brasileira.** Artigo para revista Espaço e Cultura, UERJ. Rio de Janeiro, n.º 38, 2015.